

Carmelinda Pereira, primeira subscritora

(Apresentação da proposta B para o Plano de Acção)

Caros camaradas,

O que está em jogo, no período em que nos encontramos, é a possibilidade de os trabalhadores portugueses operarem uma viragem pela positiva, na situação política e social, impondo ao governo de Sócrates a ruptura com as políticas que há mais de trinta anos tem vindo a arrasar o nosso país, e sobretudo depois da sua entrada na CEE, depois União Europeia.

A concretização desta viragem vai depender da mobilização dos trabalhadores e das organizações que a suportam e perspectivam.

Em cada sector, cada organização, cada direcção terá as suas próprias responsabilidades.

Naquele que é o nosso – o da defesa e reforço da Escola Pública, democrática, inclusiva e humanista, tal como a Constituição da República o consagra – o que é que há a fazer?

Que desafios estão colocados aos professores e aos sindicatos que dão corpo à FENPROF?

Poderemos considerar que, enquanto sector dos trabalhadores – apesar de todas as dificuldades e do profundo mal-estar sentido por milhares de colegas, apesar das condições de trabalho, do trabalho precário, dos milhares de colegas desempregados e das injustiças da avaliação na carreira tão longa – nós estamos em condições privilegiadas para agir.

Digo-o assim, porque num processo de tão grande ofensiva contra os trabalhadores de todos os serviços públicos – uma ofensiva de grau superior, essencialmente a partir do primeiro governo de Sócrates – os professores e educadores foram à luta com mobilizações históricas.

Fomos à luta e ganhámos batalhas muito importantes, como a de voltar a impor a carreira única.

Se ganhámos batalhas, então quer dizer que alguém sofreu derrotas: sofreu uma derrota quem desencadeou e continua a desencadear a ofensiva contra a Escola Pública.

Os professores impuseram uma derrota ao governo de Sócrates que – em conjunto com a luta dos outros trabalhadores – se reflectiu na penalização do PS em mais de meio milhão de votos.

É deste patamar de mobilização e resistência – com resultados importantes, mas aquém do que é preciso recuperar – que teremos de partir.

Novas batalhas estão na ordem do dia: os concursos, a vinculação dos colegas contratados, a avaliação do desempenho e a gestão democrática são algumas das metas que nos motivam a agir.

Em que condições iremos desenvolver estas novas batalhas?

Como vamos restabelecer a gestão democrática?

Quem são os professores e educadores que, em conjunto com os outros intervenientes no processo educativo, vão tomar em mãos os processos de construção de equipas pedagógicas democráticas e dos Conselhos Directivos? Quem são os professores que vão fazer saltar os coletes-de-força de muitos regulamentos nas escolas, para os substituir por formas de organização que, certamente, terão tendência a reatar com o que foi feito com a Revolução de Abril?

Será que, para conseguirmos direccionar as propostas de luta nesta perspectiva, poderemos ficar nos patamares das manifestações e das greves?

Será que não estará na ordem do dia ajudar a fazer emergir uma consciência colectiva entre os professores e educadores, resultante da reflexão sobre a sua própria experiência de luta?

Não permitirá essa reflexão debater a situação do ensino, das condições de trabalho e de todos os problemas que atingem a Escola Pública e os desafios que se lhe colocam?

Como ajudar a construir esta consciência sem fomentar a livre discussão e reunião?

Foi a reflexão sobre estas questões que levou à elaboração da proposta B, subscrita por 250 colegas, a proposta que se apresenta a este Congresso como uma adenda ao Programa de Acção da responsabilidade do Secretariado Nacional da FENPROF.

Esta proposta considera que nada é mais urgente do que apelar aos professores, para que em todas as escolas tomem a iniciativa de se reunir e de discutir livre e abertamente a sua situação.

Discutam sem medo e sem constrangimentos as suas condições de trabalho, as ordens dos "chefes" e os regulamentos, façam o balanço da luta já travada, escrevam os seus cadernos reivindicativos, e mandatem um delegado para os apresentar a todos os outros professores.

Proporcionar a estes delegados a possibilidade de uma reunião magna – uma Conferência Nacional, para comunicarem e partilharem as posições das suas escolas – não será construir um novo patamar na democracia, não será uma extraordinária lição de cidadania e de afirmação da autoridade democrática dos professores perante toda a sociedade?

Caros colegas e camaradas,

Poderia apresentar muitos outros argumentos para justificar a necessidade desta Conferência e o papel que a FENPROF pode e deve assumir na liderança de um tal processo.

Uma liderança que, obviamente, terá que ser partilhada com as outras organizações dos trabalhadores, nomeadamente os do Ensino. Mas será uma partilha que decorre da sua própria força e da

referência democrática que a FENPROF constitui aos olhos de todos os professores, mesmo os ligados a outras organizações.

Quanto maior é a força a FENPROF, maior será a sua capacidade para ajudar a libertar a energia democrática dos professores e a organizar um tal patamar superior.

Quanto mais ajudar a libertar essa imensa energia, numa perspectiva de construção da Escola democrática, mais forte e respeitada será a FENPROF – um pilar imprescindível da Escola Pública e das conquistas do 25 de Abril.